



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 397/2022

Número de referência: CGE-PRC-2022/00365 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso às cópias do parecer técnico que alterou a quantidade máxima de ASP masculino e feminino nas unidades prisionais. Provimento negado.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 397/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Administração Penitenciária – SAP, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. A ausência de resposta, inclusive em grau, motivou o presente apelo cabível à esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar, o ente informou que o documento solicitado contém informações sigilosas e encaminhou cópia do Termo de Classificação da Informação – TCI nº 05/2022. Cientificado, o requerente não se contentou com a resposta e solicitou que as informações fossem fornecidas por meio do Termo de Compromisso de Manutenção de sigilo – TCMS, disposto no art. 18, do Decreto Federal nº 7.845, de 14 de novembro de 2012.
4. Em análise do caso concreto, verifica-se que o órgão atendeu adequadamente a demanda do cidadão ao encaminhar, cópia do Termo de Classificação da Informação – TCI nº 05/2022, atendendo, assim, a disposição legal vigente
5. Considerando que o órgão justificou, mesmo que extemporaneamente, a impossibilidade de disponibilizar o documento solicitado, com fundamento no inciso III, do artigo 30 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012 e com o Decreto nº 61.836, de 18 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a classificação de documento, dado ou informação sigilosa e pessoal no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, para fins de que trata a Lei federal nº 12.527/2011, indicando, assim, as razões de fato da recusa total do pedido, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, §1º, II e § 4º c/c artigo 22 da Lei Federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

São Paulo, 29 de dezembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202206381A